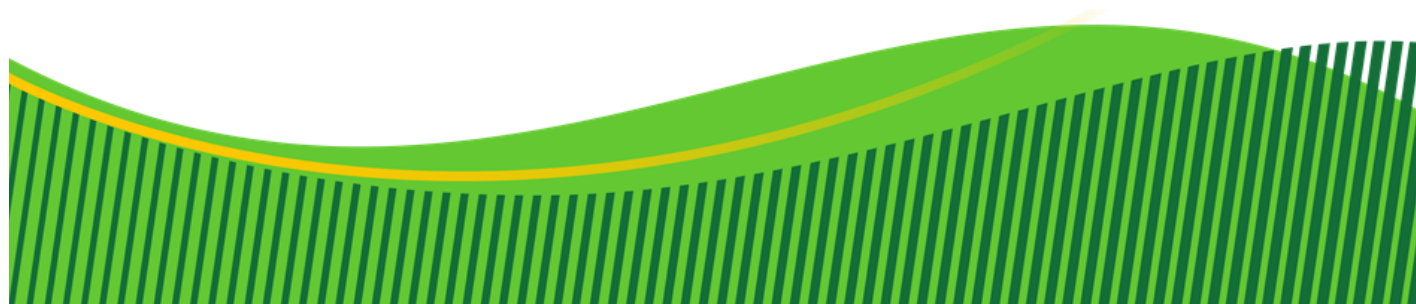


# Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento do Norte do Paraná e Sul de  
São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil  
  
Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP**  
Santo Antônio da Platina - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	376.915	325.741	CIRCULANTE	170.494	144.008
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	11.831	8.262	DEPÓSITOS (NOTA 11)	85.096	71.820
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	152.040	131.369	Depósitos à Vista	71.097	60.017
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8	6	Depósitos a Prazo	13.999	11.803
Correspondentes no país	265	308	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	55.664	49.371
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	151.767	131.055	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	4
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	190.765	168.350	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	55.661	49.367
Operações de Crédito	202.105	179.938	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	886	399
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.340)	(11.588)	Recursos em Trânsito de Terceiros	886	399
OUTROS CRÉDITOS	18.844	15.330	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	2.560	2.870
Créditos por Avais e Fianças Honrados	1	-	Empréstimos País - Outras Instituições	2.560	2.870
Rendas a Receber	841	764	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.288	19.548
Diversos (NOTA 07)	18.147	14.675	Cobrança e Arrecadação de Tributos	70	44
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(145)	(109)	Sociais e Estatutárias	1.199	719
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.435	2.430	Fiscais e Previdenciárias	782	709
Outros Valores e Bens	3.824	2.475	Diversas (NOTA 14)	24.237	18.076
(Provisão para desvalorização)	(459)	(129)			
Despesas Antecipadas	70	84			
NÃO CIRCULANTE	61.558	49.482	NÃO CIRCULANTE	203.418	173.956
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61.558	49.482	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	203.418	173.956
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.496	886	DEPÓSITOS (NOTA 11)	194.300	168.345
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.496	886	Depósitos a Prazo	194.300	168.345
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	36.824	27.939	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.386	879
Operações de Crédito	41.964	33.300	Repasse Interfinanceiros	4.386	879
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.140)	(5.361)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	4.732	4.732
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	38	1	Diversas	4.732	4.732
Diversos	38	1			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	7.492	7.174	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.561	57.259
Outros Investimentos	7.492	7.174	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	31.035	29.602
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	10.437	9.509	De Domiciliados no País	31.038	29.610
Outras Imobilizações de Uso	15.951	13.980	(Capital a Realizar)	(3)	(8)
(Depreciação acumulada)	(5.514)	(4.471)	RESERVAS DE SOBRAS	32.071	26.327
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.271	3.973	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.455	1.330
Outros Ativos Intangíveis	7.937	6.652			
(Amortização acumulada)	(3.666)	(2.679)			
TOTAL DO ATIVO	438.473	375.223	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	438.473	375.223

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>33.489</b>	-	<b>33.489</b>	<b>68.484</b>	-	<b>68.484</b>	<b>63.166</b>	<b>2</b>	<b>63.168</b>
Operações de Crédito	33.429	-	33.429	68.375	-	68.375	63.008	2	63.010
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	60	-	60	109	-	109	158	-	158
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(16.276)</b>	<b>(279)</b>	<b>(16.555)</b>	<b>(33.267)</b>	<b>(530)</b>	<b>(33.797)</b>	<b>(38.532)</b>	<b>(402)</b>	<b>(38.934)</b>
Operações de Captação no Mercado	(7.459)	(22)	(7.481)	(16.688)	(40)	(16.728)	(19.739)	(31)	(19.770)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.182)	(257)	(2.439)	(4.531)	(490)	(5.021)	(4.876)	(371)	(5.247)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.635)	-	(6.635)	(12.048)	-	(12.048)	(13.917)	-	(13.917)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>17.213</b>	<b>(279)</b>	<b>16.934</b>	<b>35.217</b>	<b>(530)</b>	<b>34.687</b>	<b>24.634</b>	<b>(400)</b>	<b>24.234</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(14.381)</b>	<b>1.656</b>	<b>(12.725)</b>	<b>(28.559)</b>	<b>3.321</b>	<b>(25.238)</b>	<b>(20.086)</b>	<b>3.440</b>	<b>(16.646)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.819	5.258	7.077	3.451	9.906	13.357	2.775	7.331	10.106
Rendas de Tarifas Bancárias	3.266	-	3.266	5.729	-	5.729	4.541	-	4.541
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.935)	(1.289)	(12.224)	(21.811)	(2.382)	(24.193)	(18.346)	(1.418)	(19.764)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.518)	(1.364)	(9.882)	(16.762)	(2.556)	(19.318)	(14.350)	(1.784)	(16.134)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(16)	(479)	(495)	(52)	(746)	(798)	(37)	(461)	(498)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.561	120	7.681	16.158	128	16.286	17.769	342	18.111
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.558)	(590)	(8.148)	(15.272)	(1.029)	(16.301)	(12.438)	(570)	(13.008)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.832</b>	<b>1.377</b>	<b>4.209</b>	<b>6.658</b>	<b>2.791</b>	<b>9.449</b>	<b>4.548</b>	<b>3.040</b>	<b>7.588</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(267)</b>	<b>23</b>	<b>(244)</b>	<b>(162)</b>	<b>24</b>	<b>(138)</b>	<b>1.006</b>	<b>3</b>	<b>1.009</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.565</b>	<b>1.400</b>	<b>3.965</b>	<b>6.496</b>	<b>2.815</b>	<b>9.311</b>	<b>5.554</b>	<b>3.043</b>	<b>8.597</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>407</b>	<b>407</b>	-	<b>(40)</b>	<b>(40)</b>	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	243	243	-	(19)	(19)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	164	164	-	(21)	(21)	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>2.565</b>	<b>1.807</b>	<b>4.372</b>	<b>6.496</b>	<b>2.775</b>	<b>9.271</b>	<b>5.554</b>	<b>3.043</b>	<b>8.597</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>2.775</b>	<b>(2.775)</b>	-	<b>3.043</b>	<b>(3.043)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>2.565</b>	<b>1.807</b>	<b>4.372</b>	<b>9.271</b>	-	<b>9.271</b>	<b>8.597</b>	-	<b>8.597</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(7.816)</b>	-	<b>(7.816)</b>	<b>(7.267)</b>	-	<b>(7.267)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.917)	-	(2.917)	(3.272)	-	(3.272)
Fates - Estatutário	-	-	-	(485)	-	(485)	(190)	-	(190)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(2.908)	-	(2.908)	(2.280)	-	(2.280)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.506)	-	(1.506)	(1.525)	-	(1.525)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>1.455</b>	-	<b>1.455</b>	<b>1.330</b>	-	<b>1.330</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP**

**CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>27.540</b>	<b>21.092</b>	<b>1.430</b>	<b>50.062</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	1.430	(1.430)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.663	-	-	1.663
Baixas de capital	(2.783)	-	-	(2.783)
Resultado do período	-	-	8.597	8.597
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(190)	(190)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.280	(2.280)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.182	-	(3.272)	(90)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.525	(1.525)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>29.602</b>	<b>26.327</b>	<b>1.330</b>	<b>57.259</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.062</b>	<b>5.235</b>	<b>(100)</b>	<b>7.197</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>29.602</b>	<b>26.327</b>	<b>1.330</b>	<b>57.259</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	1.330	(1.330)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.486	-	-	1.486
Baixas de capital	(2.906)	-	-	(2.906)
Resultado do período	-	-	9.271	9.271
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(485)	(485)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.908	(2.908)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.853	-	(2.917)	(64)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.506	(1.506)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>31.035</b>	<b>32.071</b>	<b>1.455</b>	<b>64.561</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.433</b>	<b>5.744</b>	<b>125</b>	<b>7.302</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>28.669</b>	<b>27.657</b>	<b>4.899</b>	<b>61.225</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	760	-	-	760
Baixas de capital	(1.247)	-	-	(1.247)
Resultado do período	-	-	4.372	4.372
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(485)	(485)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.908	(2.908)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.853	-	(2.917)	(64)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.506	(1.506)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>31.035</b>	<b>32.071</b>	<b>1.455</b>	<b>64.561</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.366</b>	<b>4.414</b>	<b>(3.444)</b>	<b>3.336</b>

**As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP**  
**CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69**

	01/01/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>4.766</b>	<b>10.993</b>	<b>15.446</b>
Resultado do semestre/exercício	4.372	9.271	8.597
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>394</b>	<b>1.722</b>	<b>6.849</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(723)	(468)	4.948
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	330	330	2
Provisão para desvalorização de outros créditos	16	35	29
Depreciação do imobilizado de uso	675	1.316	1.135
Amortização do intangível	485	987	582
Baixas do ativo permanente	96	97	48
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	58	(174)	194
Destinações ao FATES	(485)	(485)	(190)
Dividendos SicrediPar	(58)	84	101
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(6.035)</b>	<b>18.716</b>	<b>9.468</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.560)	(1.610)	(481)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.143	(1)	145
Redução em créditos vinculados	24	-	-
Redução em relações com correspondentes	49	43	42
(Aumento) em operações de crédito	(24.158)	(30.831)	(17.981)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	4.836	9.800	483
(Aumento) em outros créditos	(1.908)	(3.673)	(1.436)
(Aumento) em outros valores e bens	(41)	(1.335)	(831)
Aumento em depósitos	3.593	39.232	37.932
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	357	487	(146)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	107	(310)	(4.826)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(190)	(233)
(Redução) Aumento em outras obrigações	6.523	7.104	(3.200)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(1.269)</b>	<b>29.709</b>	<b>24.914</b>
Aquisição de Investimentos	-	(318)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.587)	(2.341)	(3.952)
Aplicações no Intangível	(738)	(1.285)	(1.194)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(2.325)</b>	<b>(3.944)</b>	<b>(5.146)</b>
Integralização de capital	761	1.486	1.663
Baixa de capital	(1.247)	(2.906)	(2.783)
Juros ao capital próprio	(64)	(64)	(90)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(550)</b>	<b>(1.484)</b>	<b>(1.210)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(4.144)</b>	<b>24.281</b>	<b>18.558</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	167.742	139.317	120.759
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	163.598	163.598	139.317

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 03/06/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(16.646)</b>	-	<b>(16.646)</b>
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	<b>(16.768)</b>	<b>634</b>	<b>(16.134)</b>
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	<b>(12.374)</b>	<b>(634)</b>	<b>(13.008)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	11.831	8.262
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	151.767	131.055
Total	163.598	139.317

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.496	886
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.496	886
Total realizável a longo prazo	2.496	886

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	137.598	30.937	168.535	149.423
Financiamentos	8.242	6.647	14.889	12.690
Financiamentos rurais e agroindustriais	56.265	4.380	60.645	51.125
Carteira total	202.105	41.964	244.069	213.238

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1	-	1	-
Devedores por compra de valores e bens	103	36	139	-
Títulos e créditos a receber (i)	13.837	2	13.839	10.003
Total	13.941	38	13.979	10.003

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	120.995	134.446	605	672
Nível B	1,00	81.269	36.690	814	367
Nível C	3,00	27.808	17.096	834	513
Nível D	10,00	9.505	13.497	951	1.350
Nível E	30,00	4.386	5.098	1.316	1.529
Nível F	50,00	3.227	6.147	1.614	3.073
Nível G	70,00	1.224	2.377	857	1.664
Nível H	100,00	9.634	7.890	9.634	7.890
Total (i)		258.048	223.241	16.625	17.058

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.620	42.025	38.145	20.246	106.036	102.512
Rural	1.185	10.853	44.227	4.380	60.645	51.125
Industrial	65	7.973	8.114	2.575	18.727	9.024
Comércio	919	20.456	23.638	11.027	56.040	46.491
Outros Serviços	293	7.791	4.742	3.774	16.600	14.089
Total	8.082	89.098	118.866	42.002	258.048	223.241

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	31.845	12,34	19.158	8,58
50 devedores seguintes	38.192	14,80	34.137	15,29
100 devedores seguintes	36.206	14,03	32.579	14,59
Demais	151.805	58,83	137.367	61,53
Total	258.048	100	223.241	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	17.058	12.081
Constituição de provisão	12.048	13.917
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.481)	(8.940)
Saldo final	16.625	17.058

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.075 (2016 - R\$ 4.263), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 17.780 (2016 - R\$ 8.617).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	175	148
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.092	2.101
Devedores por compra de valores e bens	103	-
Devedores por depósitos em garantia	234	545
Impostos e contribuições a compensar	499	422
Títulos e créditos a receber	13.837	10.002
Valores honrados	-	12
Cotas de consórcio	267	488
Operações com cartões	49	88
Pendências a regularizar	57	33
Outros	834	836
Total Circulante	18.147	14.675

Devedores por compra de valores e bens	36	-
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	38	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	3.779	2.427
Imóveis	2.750	2.020
Veículos e afins	435	213
Máquinas e equipamentos	30	55
Bens em regime especial	564	139
Material em estoque	45	48
Despesas antecipadas	70	84
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(459)	(129)
Total Circulante	3.435	2.430

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 459 (2016 - R\$ 129) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.344	4.026
Sicredi Participações S.A.	3.147	3.147
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	7.492	7.174

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.013.054 ON	1.013.054 ON	1	1	4.343.932	4.025.829
	2.133.805 PN	2.133.805 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,36%	0,36%	0,61%	0,63%	2,26%	2,53%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	3.147	3.147	1	1	4.344	4.026

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	15.951	(5.514)	10.437	9.509
Imobilizações em curso	-	1.480	-	1.480	1.913
Instalações	10%	7.789	(2.171)	5.618	4.493
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.469	(1.441)	2.028	1.787
Sistema de comunicação	10%	213	(81)	132	137
Sistema de processamento de dados	20%	2.568	(1.606)	962	904
Sistema de segurança	10%	290	(168)	122	161
Sistema de transporte	20%	142	(47)	95	114
Intangível (i)		7.937	(3.666)	4.271	3.973
Investimentos Confederação		7.937	(3.666)	4.271	3.973
Total		23.888	(9.180)	14.708	13.482

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	71.097	-	-	71.097	60.017
Depósitos a prazo	6.560	7.439	194.300	208.299	180.148
Total	77.657	7.439	194.300	279.396	240.165

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	55.661	49.367
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	55.661	49.367
Total circulante	55.661	49.367
Recursos do Crédito Rural	4.386	879
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.386	879
Total exigível a longo prazo	4.386	879

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 25/10/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	2.560	2.870
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.560	2.870
Total circulante	2.560	2.870

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	2.193	2.035
Obrigações por convênios oficiais	1	-
Provisão para pagamentos a efetuar	5.069	3.284
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	387	561
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	75	90
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	284	487
Pendências a regularizar	192	45
Operações com cartões	13.747	9.746
Demais fornecedores	793	548
Credores diversos	1.496	1.280
Total circulante	24.237	18.076

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	4.732	4.732
Total exigível a longo prazo	4.732	4.732

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dividas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	485	96	(296)	285
Cível	76	68	(42)	102
Total	561	164	(338)	387

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	285	485
Cível	Provável	102	76
Total		387	561

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 56 (2016 - R\$ 153), respectivamente.



NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	31.035	29.602
Total de associados	38.742	36.335

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.433 (2016 – R\$ 2.062), sendo R\$ 2.853 (2016 – R\$ 3.182) via integralização de resultados e R\$ 1.486 (2016 – R\$ 1.663), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.906 (2016 – R\$ 2.783).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.917, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	9.311	8.597
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.911)	(3.611)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	37	12
Provisão PPR	97	8
Receita com atos cooperativos	2.728	2.333
Juros sobre capital próprio	1.226	1.374
Outros	(218)	(116)
Subtotal	3.871	3.611
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(40)	-

**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.496	886
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	151.767	131.055
Outros Créditos - Rendas a receber	673	483
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.151	2.375
Investimentos (Nota 09)	7.492	7.174
Intangível (Nota 10)	4.271	3.973
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	60.047	50.246
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.560	2.870
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	13.655	9.598
Principal e juros dívida subordinada	5.016	5.219
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	109	158
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.802	1.263
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	14.677	16.463
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.021	5.247
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	899	766
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.581	6.127

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	51	0,07%	36
Depósitos a prazo	1.357	0,65%	1.532
Operações de crédito	1.072	0,44%	1.184

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	4.145	2.738

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	544	526
Despesa de aluguéis	2.097	1.674
Despesa de comunicação	1.149	973
Despesa de manutenção e conservação	1.369	1.121
Despesa de material	310	284
Despesa processamento dados	417	299
Despesa de promoções e relações públicas	2.003	1.529
Despesa de propaganda e publicidade	98	84
Despesa de seguro	389	324
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.481	2.211
Despesa de serviços de terceiros	628	437
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.684	1.619
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.592	1.012
Despesa de serviços de transportes	1.226	1.005
Despesa de viagem	585	338
Outras despesas administrativas	2.746	2.698
Total	19.318	16.134

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	572	725
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	14.336	15.935
Reversão de provisões operacionais	1.046	772
Outras rendas operacionais	332	679
Total	16.286	18.111

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.769	3.400
Contribuição O.C.E.	152	132
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	573	513
Contribuição Confederação Sicredi	4.922	3.569
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	697	664
Encargos da administração financeira	82	86
Repasse administradora de Cartões	553	522
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	987	589
Outras provisões operacionais	813	875
Outras despesas operacionais	3.753	2.658
Total	16.301	13.008

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	2.716	2.165
Total	2.716	2.165

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

#### II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

#### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	64.579	59.571
Nível I (NI)	61.570	55.396
Capital principal - CP	61.570	55.396
Capital social	31.035	29.602
Reservas de capital	32.071	26.327
Lucros acumulados	1.455	1.330
Ajustes Prudenciais	(2.991)	(1.863)
Nível II (NII)	3.009	4.175
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	3.009	4.175
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	320.103	277.300
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	561	-
Margem de Capital (i)	30.407	23.522
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,17%	21,48%
Situação de Imobilização (Imob)	11.718	11.620
Índice de Imobilização (Imob / PR)	18,15%	19,51%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Antônio Carlos Daineze  
Diretor Executivo  
CPF: 328.906.999-00

Rui Loiola de Souza  
Diretor de Operações  
CPF: 882.753.459-87

Jarvis José da Silva  
Contador  
CRC: PR-38708/O  
CPF: 490.344.809-68